

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----

-----**REUNIÃO DO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL**-----

-----**ACTA NÚMERO SETE / DOIS MIL**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente – José Alexandre Fonseca; Primeiro Secretário – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; Segundo Secretário – Ricardo Manuel Lopes Duarte;-----

-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (C.D.S./P.P.), César Miguel Romeiro Pinto (P.S.), Joaquim Gomes Silva (P.S.D.), Virgílio Paulo Silva (P.S.), Maria Teresa Rodrigues Faustino (C.D.U.), Paulo Jorge de Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), José Jorge Pereira da Franca (P.S.D.), Ricardo Manuel Lopes Duarte (P.S.D.), António Miguel Lemos Cardoso (P.S.), Carlos Alberto Correia Neves (PSD), Teresinha de Jesus Faustino Saramago Heliodoro Faria (C.D.S./P.P.), Victor Manuel Ferreira da Fonseca (P.S.), José Alexandre Fonseca (P.S.D.), Armando José Leal Carvalho (P.S.D.), José Joaquim Anjos Gomes (C.D.S./P.P.), João Manuel Ferreira Paulino (P.S.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Franklim Filipe Carvalho (P.S.D.) Marcos Agostinho Gomes (P.S.D.) e Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (P.S.D.).-----

-----Faltaram a esta sessão os senhores Feliciano José Barreiras Duarte (P.S.D.), Victor Manuel Ferreira da Costa (P.S.), Victor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.) e Henrique Manuel Bicho Vinagre (C.D.U.).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e os senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, José Vítor Ribeiro Silva, Manuel Quintino Filipe Silva, Luis Alberto Camilo Duarte e Amilcar António Santos, o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira Sérgio Manuel Silva Duarte, o Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelos 21H45, o senhor presidente da mesa da Assembleia em exercício, declarou aberta a sessão realizada no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Bombarral.-----

-----**EXPEDIENTE:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício deu conhecimento do expediente recebido e que se encontra na Secretaria da Assembleia Municipal, onde pode ser consultado pelos membros da Assembleia que o desejem fazer.-----

---

-----**APROVAÇÃO DE ACTAS:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por unanimidade aprovar a acta n.º 06/2000 da sessão ordinária do dia 2000.09.29.-----

-----**JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS:** Foram justificadas as seguintes faltas de membros da Assembleia Municipal:-----

-----

-----Do senhor Virgílio Silva (P.S.) às reuniões da Comissão da Assembleia Municipal de Acompanhamento das Alterações ao P.D.M. realizadas nos dias 24.10.2000 e 10.11.2000 por motivos profissionais.-----

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Aberta a sessão e por proposta do senhor presidente da Mesa em exercício, foi guardado um minuto de silêncio em memória do membro da Assembleia Municipal de Bombarral senhor Adriano Reis Carvalho, bem como das restantes vítimas do acidente rodoviário ocorrido no passado dia 07 de Novembro na A8. -----

-----A senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó, nos termos do regimento, propôs que a sessão ordinária da Assembleia Municipal do próximo mês de Fevereiro se realize na sede da União Cultural, Recreativa e Desportiva Poense. -----

-----Não foi apresentada nenhuma objecção a esta proposta. -----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor presidente da Câmara para prestar informações sobre a actividade municipal e situação financeira da autarquia desde a última sessão da Assembleia Municipal, acrescentando que teve ontem uma reunião com a Vão Arquitectos que lhe deu conta do trabalho de enquadramento legal que está a efectuar e que irá dar lugar á revisão do P.D.M.. Pensa que no primeiro trimestre de 2001 a Câmara Municipal terá analisado a proposta síntese e a poderá trazer à Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) na qualidade de presidente da Comissão da Assembleia Municipal de Acompanhamento das Alterações ao P.D.M., informou que a mesma reuniu três vezes, sendo que numa das ocasiões não houve quorum. Na reunião de 13.10.2000 relativamente aos documentos apresentados pela Câmara Municipal em face de uma proposta que considera restritivo na zona de expansão do núcleo urbano do Bombarral possa existir apenas qualquer projecto desde que exista plano de pormenor ou plano de urbanização aprovado por impedir o desenvolvimento, a comissão não entendeu da mesma maneira e como tal acha que qualquer tipo de intervenção nesta área deve ser sempre precedida de plano de pormenor ou plano de urbanização, importando realizar os mesmos. Daí ter feito uma recomendação à Câmara Municipal para que realize estes documentos mesmo antes de qualquer alteração ao P.D.M.. Foi feita também uma recomendação em relação às sugestões da autarquia que deixa um espaço lato ao gabinete técnico que está a trabalhar as alterações, considerando a comissão que deverá a Câmara Municipal preocupar-se em definir as regras do P.D.M. ao invés de deixar essa definição ao gabinete que vai proceder à elaboração da respectiva alteração. No dia 24 de Novembro realizou-se nova reunião da comissão, na qual e relativamente a uma situação que diz respeito à intervenção urbanística a poente do I.C.1 em que a Câmara Municipal considera restritivo que o P.D.M. só permita intervenções desde que tenha sido edificada 80% da área, a comissão entendeu que apesar de reconhecer que esta situação é restritiva a mesma só deverá deixar de ser aplicada após a elaboração de todos os planos de pormenores ou do plano de urbanização da vila. Debruçaram-se sobre a proposta da Câmara Municipal relativamente aos índices de construção máxima nas áreas urbanizáveis especiais tendo a comissão concordado com a posição da Câmara. Debruçaram-se igualmente sobre a situação da pirotecnia tendo considerado necessário, imperioso e urgente analisar a possibilidade de transferência da mesma. Existia também nos documentos entregues um apontamento quanto a uma eventual contradição entre a zona de protecção estabelecida pela P.S.P. e a estabelecida em P.D.M., mas segundo o entendimento desta comissão, nada sofre

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

qualquer contradição uma vez que a zona de protecção da oficina, conforme alvará que lhe foi atribuído aquando da sua instalação, é de 30 metros. Contudo a posterior legislação veio estabelecer que a zona de protecção para este tipo de indústria deve ser de 150 metros para oficinas e 300 metros para fábricas, ora qualquer operação destinada a beneficiar ou aumentar a actual indústria alí existente terá sempre que respeitar a actual legislação que estabelece a zona de protecção de 150 metros. Assim, como qualquer outra construção, terá que respeitar a mesma legislação não podendo estar a menos de 150 metros da referida indústria. Considera ainda esta comissão que dentro da zona de protecção prevista na lei e P.D.M. não poderá permitir-se qualquer tipo de construção ainda que se continue a considerar este espaço como urbano para que após a transferência da pirotecnia possa ser utilizado como tal. Informou o plenário de que está marcada uma reunião da comissão para o próximo dia 05.01.2001.-----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) usou da palavra para fazer uma referência à visita ao concelho efectuada a convite da Câmara Municipal no passado dia 23 de Dezembro, lamentando a inoportunidade da data a dois dias do Natal. É pena que a Câmara Municipal não tenha agendado a visita para uma data mais oportuna e que esta sessão se realize numa altura em que há pouco tempo para preparar o trabalho. Tendo-lhe constado hoje que na última reunião de Câmara foi discutido e aprovado o encerramento do trânsito na Rua Henriques Furtado, questionou o senhor presidente da Câmara sobre se se confirma essa notícia e o que é que isso vai implicar em termos de Rua do Comércio onde não existe autorização para as viaturas efectuarem cargas e descargas. Perguntou igualmente se foi feita alguma auscultação aos representantes das actividades económicas.-----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Bombarral subscreveu as palavras da D. Teresa Faustino relativamente à visita ao concelho e questionou o senhor presidente da Câmara sobre as seguintes situações: alcatroamento de uma rua na Silveira; valeta assoreada na Portela; cumprimento do acordo de cedência de máquinas às Juntas de Freguesia; atraso na transferência de verbas para as Juntas de Freguesia; não referência às comemorações do 25 de Abril e para quando o pagamento das verbas em atraso referentes às comemorações de 1998; cobertura da praça da táxis na Praça do Município. Questionou ainda o senhor presidente da Câmara sobre se fez chegar ao G.A.T. aquilo que foi uma solicitação da Junta de Freguesia no sentido de ser incluído no plano de actividades para 2001 o levantamento das necessidades físicas do edifício sede da Junta de Freguesia.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que no que toca à visita ao concelho não deixa de concordar com a opinião expendida mas a própria discussão do plano de actividades e orçamento levou a que não lhe restasse outra possibilidade: ou não convocava a visita ou apesar de tudo reconhecendo o apertado do tempo marcava a mesma para o dia 23 de Dezembro. Já em anteriores anos as visitas tiveram a presença de um reduzido número de deputados municipais. Em relação ao futuro irá procurar acautelar esses procedimentos. Relativamente ao condicionamento do trânsito na Rua Henriques Furtado confirmou a decisão tomada pela Câmara Municipal de proceder ao respectivo calçetamento. Considerou que todos os estabelecimentos sitos na Rua do Comércio têm acesso a cargas e descargas seja os sitos a Sul seja os sitos a Norte, nunca tendo sido razão impeditiva da parte da Câmara a realização de cargas e

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

descargas no local embora deva haver algum condicionamento em termos de horas. A razão que levou a que a Câmara Municipal tomasse esta decisão visava permitir que aquele percurso pedonal fosse feito de forma continuada. Referiu que quando foi projectado o calcetamento da Rua do Comércio previa-se o enquadramento desta artéria mas reconheceu-se na altura que se devia permitir o trânsito na mesma mas o atravessamento daquela artéria tem algumas particularidades atendendo à falta de civismo dos automobilistas. No que toca às questões colocadas pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Bombarral referiu que a citada rua na Silveira não foi pavimentada por não ter bases em termos de preparação. No tocante à valeta assoreada pensa que a Divisão Técnica de Obras e Urbanismo terá dado instruções para que se procure verificar a situação e a sua normalidade. Relativamente ao corta caniços houve um período crítico em Junho / Julho em que esteve parado o que acarretou alguma sobrecarga. Quanto à cobertura da praça de táxis disse ser verdade que se aventou essa possibilidade mas foi informado que essa execução teria de ser enquadrada no âmbito do tratamento da Praça do Município. Em face da instalação do tribunal na Praça do Município contactou já o representante dos taxistas no sentido de obter permissão para que proximamente a praça de taxis passe para o lado oposto da rua. Quanto à questão do edifício sede da Junta de Freguesia disse ter a questão agendada. Irá procurar regularizar a verba relativa às comemorações do 25 de Abril de 1998. -----

-----O senhor Virgílio Silva (P.S.) congratulou-se com as obras que estão a ser efectuadas na estrada nacional 8 em São Mamede, esperando que também a fiscalização se faça para que o curso de água mantenha o seu leito. Relativamente à instalação eléctrica da vila o ano passado o senhor presidente da Câmara regozijou-se porque havia uma linha directa de abastecimento que ia resolver o problema da vila, mas o que se verifica é que isso não chega e o problema não é só o abastecimento mas fundamentalmente a distribuição dentro da vila.-----

-----Seguidamente o senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) abandonou o seu lugar na Mesa, passando a ocupar lugar junto da bancada do C.D.S./P.P..-----

-----Usou da palavra o senhor José Joaquim Gomes (C.D.S./P.P.) questionando se a comissão de trânsito, a Associação Comercial ou os moradores foram auscultados quanto ao encerramento ao trânsito da Rua Henriques Furtado e se foi tomado em consideração o ordenamento rodoviário da vila de que há tanto tempo se fala. -----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) disse estar a recordar-se de um assunto recorrente em termos de Assembleia Municipal que tem a ver com o cruzamento da creche, tendo verificado que frequentemente os automobilistas circulam com velocidade excessiva na Av. Dr. Joaquim Albuquerque, em face da aproximação deste cruzamento. Sabendo que têm prioridade no cruzamento os automobilistas circulam a velocidades superiores aos 80 km / hora o que não só trás problemas a nível do cruzamento como também e sobretudo à circulação de peões em frente dos estabelecimentos comerciais ali existentes, nomeadamente o café Napoleão onde existe uma passadeira de peões que não é respeitada pelos automobilistas. Isto é extremamente perigoso até porque já ali aconteceram diversos acidentes incluindo um atropelamento mortal e isso só se resolve com semáforos que obrigarão à redução da velocidade a quem circule na Av. Dr. Joaquim Albuquerque. -----

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

-----O senhor presidente da Câmara disse ser verdade que a reparação da E.N. 8 está a ser feita mas tal obra diz respeito à intempérie que ocorreu o ano passado. Na altura foi expropriada toda a área por debaixo da ponte que vai ser objecto de tratamento. Esperava que até final do ano os semáforos estivessem a funcionar em São Mamede. Relativamente à iluminação na vila reconheceu que se torna necessário investir na rede de distribuição dentro da vila. Já fez um protesto formal à E.D.P. exigindo que se façam os investimentos necessários. Quanto à Rua Henriques Furtado disse que a Câmara Municipal se debruçou sobre o assunto e considerou mais relevante a passagem pedonal. -----

-----**MOÇÃO:** O C.D.S./P.P. fez entrega na Mesa da seguinte proposta de moção: «a bancada do C.D.S./P.P., propõe a aprovação de um voto de louvor aos bombeiros João Carlos Pedro (sub-chefe), Délio Ribeiro (bombeiro de 2.<sup>a</sup> classe) e Marco Martinho (bombeiro de 3.<sup>a</sup>), pelo seu comportamento na assistência às vítimas do acidente ocorrido no passado dia 07.11.2000, os quais revelaram um comportamento exemplar, de serviço aos outros, expondo-se sem temerem quaisquer consequências para a sua vida e integridade física, o que conforme se revelou lhes foi penoso, uma vez que foram atingidos pelo segundo acidente com gravidade, tendo para eles resultado sequelas. Mais propõe que da aprovação deste voto de louvor seja dado conhecimento aos bombeiros referidos.» -----

-----O senhor José Alexandre Fonseca (P.S.D.) na qualidade de presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bombarral congratulou-se com esta proposta e agradeceu a apresentação da mesma. -----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar a moção supra transcrita. -----

-----**APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:** Presente a informação em epígrafe não foram nenhuma intervenção sobre a mesma dado já se ter procedido à respectiva discussão no período antes da ordem do dia. -----

-----**ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL PARA O ANO 2001:** Usou da palavra o senhor presidente da Câmara referenciando que no documento apresentado há uma prevalência de questões relacionadas com o desenvolvimento do concelho nomeadamente o pólo II da zona industrial, plano de pormenor da área de actividades económicas do Falcão, plano estratégico de desenvolvimento do concelho, o culminar do saneamento básico em Gamelas e Delgada e o reforço do abastecimento de água - novos reservatórios, aumento da rede de estradas (Azambujeira / Vale Covo, E.N. 361 / Falcão, Azambujeira / Baraçais), pré-primárias, polidesportivos, requalificação urbana, modernização dos serviços e restauro dos Paços do Município. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) começou por referir que este plano de actividades e orçamento não lhe suscita muitas questões porque são praticamente iguais aos do ano passado e dos últimos dois anos inclusivé os próprios textos introdutórios. Os projectos continuam a ser os mesmos, havendo duas ou três coisas novas, uma das quais retorna após um interregno de vários anos que é a construção da Escola Básica Integrada 1, 2,

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

3. Questionou qual o projecto existente para o espaço em frente dos Paços do Município e que ultimamente tem vindo a ser utilizado como parque de estacionamento. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que no tocante à área adquirida pela autarquia, a Câmara Municipal tendo-se debruçado sobre ela numa das últimas reuniões, foi concebido um arranjo para que o mesmo seja utilizado como parque de estacionamento e zona verde. Aquela zona irá permitir no futuro pensar no arranjo da Praça do Município. -----

-----Relativamente à Escola Básica Integrada 1, 2, 3 o senhor vereador Luis Duarte disse que os eu retorno ao plano de actividades tem a ver com um contexto novo que se criou a nível da gestão escolar que passa por abranger todo o ensino básico criando escolas que devem dar resposta às necessidades educativas. Esta escola situar-se-á a Norte da vila para aglutinar o espaço rural. Neste momento não existe nada concreto mas existem conversações. -----

-----O senhor Virgílio Silva (P.S.) considerou que em relação ao plano de actividades de facto pensa que em relação a anos anteriores está mais bem concebido mas pensa também que não tem razão de ser porque este plano não existiria se as actividades contempladas em anteriores planos já estivessem realizadas e algumas obras novas que aparecem é para aproveitar o III Quadro Comunitário de Apoio mas não lhes merecem grandes garantias. Verificam que as actividades apresentadas, como têm vindo a referir, não são exequíveis por que são muitas e por outro lado vão criar a possibilidade de obras avulsas e desordenadas que mostram a falta de um plano orientador de gestão autárquica. Aquilo que vai ser feito são obras de manutenção e restauro. -----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Bombarral interveio seguidamente informando ter feito chegar à Câmara Municipal as pretensões da sua Junta de Freguesia que visavam contemplar algumas pretensões da população do Bombarral. Não vê contemplada a estrada Bombarral / Estorninho. Em relação à ligação dos esgotos do Camarão / Moita Boa / Casalinho não sabe se está prevista apenas a ligação ou também o escoamento dos mesmos. Relativamente à cultura manifestou a tristeza porque há alguns anos houve uma proposta do vereador João Carlos Duarte em como as comemorações do 25 de Abril deviam ser organizadas pela Câmara Municipal com o apoio das Juntas de Freguesia mas ficou no ar mais essa intenção. Em relação à aquisição de abrigos para as paragens de transportes públicos pensa estarem contempladas as da E.N. 8 entre Casalinho e Vale Pato. Alertou para a necessidade da aquisição o mais rápido possível destes abrigos. Em relação a despesas correntes disse não saber a que se refere a verba de 16.000 contos e quais os critérios da sua distribuição. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que nenhuma das obras que se incluem em plano de actividades e que vão ser candidatas ao III Quadro Comunitário de Apoio estava incluído no II Quadro Comunitário de Apoio. Algumas destas obras foram inscritas em plano em termos de abertura de rubrica porque pode ser possível ter acesso à sua execução. Estão também obras para finalizar e que estavam incluídas no II Quadro Comunitário de Apoio. Em relação às acessibilidades algumas delas não constavam de planos anteriores. Para a pavimentação da estrada Estorninho / Bombarral foi aberto concurso tendo o Dezembro invernosso impedido a colocação do tapete. Relativamente ao saneamento do Camarão / Casalinho / Moita Boa, esgotou-se

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

o prazo que a C.P. concedeu para o atravessamento da linha tendo sido necessário renovar essa autorização. A aquisição dos abrigos é da competência das Juntas de Freguesia mas a Câmara Municipal assumiu que os ia repor. A verba a transferir para as Juntas de Freguesia é uma verba global não existe nenhum critério estabelecido pelo que terá de ser aferido com as Juntas de Freguesia e inclui o reforço de verba e o trimestre em atraso.-----

-----Usou da palavra o senhor Virgílio Silva (P.S.) questionando se o parecer técnico da Câmara relativamente ao terreno em frente do edifício dos Paços do Município é de que a solução pela qual se optou é a melhor solução para o local. Relativamente ao ex-matadouro pensa que já desceu o preço da licitação mas tem algumas dúvidas quanto à manutenção da traça do edifício porque foi previsto há alguns anos para um espaço perto um local para inspecção de veículos. Na rua que liga ao cemitério existem várias oficinas / armazéns que vêm defraudar o interesse na manutenção do edifício. Questionou se para além da empresa a quem foi solicitado o estudo foram consultadas outras empresas e qual o parecer dos serviços técnicos. Chamou a atenção de que ao fazer-se a A8 as linhas de água que vinham da Usseira foram cortadas e concentram-se numa só saída de água que passa pelo centro da aldeia de São Mamede e que não estava prevista para os actuais caudais pelo que se houver excesso de caudal as casas correm riscos. -----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) em relação ao plano de actividades e orçamento disse serem a constatação final da ineficácia da gestão do P.S.D. porque se verifica que surgem neste ao plano de actividades e orçamento todas as obras e iniciativas que o P.S.D. se propunha realizar no início do mandato. Aparecem numa tal amálgama que enquanto em anos anteriores se iam diluindo este ano aparecem todas concentradas para que o executivo fique com uma carta em branca para gerir a seu belo prazer num ano de eleições. Só que isto constitui uma desvirtuação do que deve ser a gestão de uma autarquia. É referida a implementação do plano de pormenor da zona industrial do Falcão. Ora esta área já aparecia em planos anteriores, mas isto é revelador da incoerência da Câmara Municipal porque há pouco tempo foi aprovado em reunião de Câmara a construção do estádio municipal no Falcão por se considerar a existência no local do kartódromo. Não sabe em que é que ficamos pelo que pergunta para que é que vai ser utilizado o Falcão. Considerou esta situação reveladora da falta de critério e de gestão. Solicitou esclarecimentos sobre o centro tecnológico e científico. Considerou espantosa a existência de uma verba de 2.000 contos para o boletim municipal, uma vez que o mesmo não tem sido editado e a última vez que o foi coincidiu também com ano de eleições. Se calhar trata-se de uma publicação quadrienal. Relativamente ao empréstimo, se o mesmo for utilizado, este executivo deixará para o próximo mandato o maior empréstimo alguma vez contraído por esta Câmara Municipal. Solicitou esclarecimentos sobre a venda de terreno nas Hortas para um posto de abastecimento de combustíveis. Pergunta como é que vai ser possível vender até 31.12.2001 todos os lotes do pólo II da zona industrial se ainda agora se está a proceder à adjudicação dos projectos de especialidades do loteamento. Relativamente à verba de 1.000 contos para venda de maquinaria e que se refere ao célebre recheio da antiga fábrica das camisas, recorda que este recheio foi comprado pela Câmara Municipal em hasta pública por 6.000 contos utilizando-se o argumento de que valeria mais. Está aqui a constatação da

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

gestão da Câmara Municipal que em nada beneficia o concelho, terá é beneficiado alguns credores. Em relação ao edifício do ex-matadouro foi aberta uma hasta pública com uma base de licitação de 25.000 contos e agora aparece uma verba de 17.000 contos. Não compreende a verba de 78 mil contos de receita nas taxas e multas, pelo que pergunta qual o montante de receita apurado no ano passado. Sabe que está a ser implementado um gabinete de contra-ordenações mas acha a verba de 78 mil contos corresponde a muita multa. Em relação ao Festival do Vinho aparece um rubrica de 5.000 contos de despesa havendo uma significativa redução em relação ao ano passado e isso tem a ver com o problema da apresentação de contas. Pergunta porque razão até esta data as contas do festival do Vinho ainda não foram apresentadas. Esta situação levou à aprovação de uma verba irrisória que considera constituir um instrumento para um melhor acompanhamento das contas do Festival do Vinho. Não lhe causa qualquer surpresa a forma como o documento surge. Tem pena que mais uma vez se constate que as coisas não vão melhorar assim. No final do ano a população fará o seu julgamento através do voto.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que no terreno sito nas proximidades da Praça do Município havia sido originalmente previsto um condomínio fechado mas essa ideia foi eliminada ficando vedado apenas o acesso aos equipamentos. Em relação ao ex-matadouro considerou que se fizer um apelo à memória ver-se-á que o ano passado a verba prevista não era superior. Já manifestou que não pensa baixar o valor da base de licitação. Quanto ao centro de inspecções é algo que não tendo sido trabalhado há algum tempo, perdeu interesse. Relativamente à intervenção do senhor Gabriel Martins, disse não lhe admirar que os elementos avançados sejam diferentes daqueles em que assenta o plano de actividades, mas devia dizer quais as obras que não considera essenciais para a população. Criticar é fácil mas gostava que tivessem a coragem de dizer quais os investimentos que deviam ser cortados. Lembrou que este é o último quadro comunitário de apoio a que podem ter acesso. Se não aproveitarem agora terão que fazer as obras suportando 100% do seu custo. É verdade que algumas das obras indicadas estavam no seu manifesto eleitoral. Algumas já estão em funcionamento mas ainda não foram totalmente pagas. Tendo o III Quadro Comunitário de Apoio avançado em Bruxelas com meio ano de atraso, o governo, consciente de que haveria atrasos no lançamento das obras, concedeu o deslocar da despesa para 2001. Lembrou que andam há 4 anos a candidatar as escolas pré-primárias e só em 2000 tiveram luz para essas propostas poderem ser aprovadas. Como os primeiros que chegam são os primeiros a ver as verbas cabimentadas, se não tiverem as obras previstas em plano de actividades, quando surge a possibilidade da sua implementação será mais difícil. A deliberação de Câmara no sentido de arranjar diferentes ofertas no Falcão não se limita ao campo de futebol mas em aprovar uma área para os equipamentos considerados essenciais. No que toca ao empréstimo é uma questão que quer a Câmara quer a Assembleia Municipal sabem que não pode ser utilizada senão para os fins para que é gizado. Se a função da Assembleia Municipal é fiscalizar o executivo, tem todos os meios para o fazer. Verifica-se que apesar de não ter havido nenhum empréstimo os investimentos rondam os 40 mil contos apesar dos poucos recursos. Quando é feita referência a um tipo de gestão despesista, se tal houvesse sucedido então tinham ido buscar receitas de capital para pagar despesas correntes quando fizeram precisamente o



## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

contrário. Quando à maquinaria da I.T.A.A.L. a Câmara Municipal considerou a valorização em termos de conjunto do edifício tendo mais tarde optado pela venda em separado. No que toca à receita das multas pensa que o que tem estado arredado é a inexistência de receita, admitindo que essa verba seja a que está prevista. Quanto às contas do festival do Vinho acha que estão separadas. Vai tomar nota e procurar fazê-las chegar. -----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) disse que pretendia que fossem feitas todas as obras, o problema é que não são feitas ¼ do que se propõe fazer. Metade destas obras já deviam estar concretizadas e a outra metade a serem realizadas. Voltou a solicitar esclarecimentos sobre a venda de um terreno nas Hortas e porque é que as contas do Festival do Vinho ainda não foram apresentadas.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o terreno sito nas Hortas se encontra fora da área abrangida pelo plano de pormenor.-----

-

-----Relativamente ao centro tecnológico o senhor vereador Luis Duarte esclareceu que o mesmo faz parte do P.E.D.R.O. elaborado pela C.C.R.L.V.T., não sendo assumido individualmente por um município. A sua localização prevê-se que seja centrada no Oeste e a Câmara Municipal assume a candidatura junto da entidade que vai desenvolver o projecto. -----

-----O senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira esclareceu que a verba de taxas e multas é uma grande rubrica orçamental que aparece discriminada na 13.<sup>a</sup> página do orçamento tendo já sido recebidos até ao momento 67 mil contos. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse ter canalizado as contas do Festival do Vinho Português para os serviços e irá fazê-las chegar, não tendo nenhuma justificação para o facto de tal ainda não ter sucedido. Vai diligenciar o seu envio. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) disse ir votar contra o orçamento e plano de actividades. O senhor presidente da Câmara referiu várias vezes que era natural as suas opiniões serem diferentes das da oposição, mas isto não é uma questão de opinião mas sim de constatação de factos. Se alguma intervenção depois da sua encontrou algo diferente em relação aos documentos apresentados em Dezembro de 1999 foi porque nessa altura faltaram à respectiva sessão. As alterações existentes são de meros pormenores. O problema é que as propostas dos planos de actividades dos últimos anos se arrastam. A Câmara Municipal faz coisas mas não as faz com coerência mas sim ao sabor da corrente e aqui está a falta de transparência ao não cumprirem o plano de actividades. Não vale a pena escudarem-se com os quadros comunitários de apoio. Sem falar em coisas grandes não se está à espera de nenhum quadro comunitário de apoio para resolver a questão dos desportos radicais, da remodelação do mercado municipal, da semana gastronómica. Isto é só para explicar que não votam contra por prazer. Não é natural terem opiniões diferentes quando estão em causa os interesses do Bombarral. O razoável seria estarem basicamente de acordo. Este plano de actividades é o espelho do que se passa nas reuniões da Câmara Municipal – protelam-se decisões, arrastam-se situações e negam-se informações. Quando o senhor presidente da Câmara diz que fez muitos investimentos sem fazer mais empréstimos é natural: a Câmara Municipal de Bombarral é famosa por faltas e atrasos nos pagamentos. Apenas está a constatar factos. -----

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

-----VOTAÇÃO: Colocadas à votação as propostas de orçamento e plano de actividades da Câmara Municipal de Bombarral para o ano 2001 foram os mesmos aprovados por maioria com onze votos a favor (11 do P.S.D.) e nove votos contra (5 do P.S., 3 do C.D.S./P.P. e 1 da C.D.U.). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----**REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO, EXPLORAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM:** Usou da palavra a D. Teresa Faustino (C.D.U.) manifestando a sua ignorância sobre esta matéria e, tendo em conta a época em que se está a realizar esta sessão da Assembleia Municipal, não teve condições de se informar sobre a matéria. Gostaria de saber quem elaborou o documento e tendo em conta o quê e que tipo de análise foi feita. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que este regulamento retém aspectos do que está legalmente estabelecido e tem em atenção a sensibilização feita pela Região de Turismo do Oeste. Admite que a sua execução possa trazer alguma delicadeza no tratamento de algumas matérias. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) disse não discutir a necessidade de existência do regulamento, pergunta é se este regulamento foi elaborado pelos serviços e se estes têm preparação técnica para tal. -----

-----O senhor Virgílio Silva (P.S.) sugeriu que sejam tomadas medidas para que as entidades que possam não poder respeitar o regulamento possam rectificar de forma a não terem de encerrar. -----

-----O senhor vereador João Carlos Duarte esclareceu que este regulamento decorre de legislação aprovada em 1999, existindo vários problemas no sector da restauração. A Região de Turismo do Oeste sensibilizou as Câmaras para implementarem este tipo de regulamentos tendo elaborado um regulamento tipo para todas as autarquias da região. Numa primeira fase este regulamento terá um carácter pedagógico e de sensibilização. --

-----VOTAÇÃO: Foi deliberado por maioria com catorze votos a favor (11 do P.S.D. e 3 do C.D.S./P.P.) e sete abstenções (5 do P.S., 1 do P.S.D. e 1 da C.D.U.) aprovar a proposta de Regulamento de Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem. -----

-----**NOMEAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Foi presente a seguinte proposta subscrita pelo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «para efeitos do disposto na alínea n) do artigo 4.º do respectivo Regulamento, proponho à Assembleia Municipal a designação dos seguintes cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança: a) representante da Associação de Agricultores do Oeste; b) representante do Conselho Executivo da Escola Secundária de Bombarral; c) representante do Conselho Executivo da Escola E.B. 2,3 de Bombarral; d) representante do Núcleo da Cruz Vermelha de Bombarral.» -----

-----Usou da palavra o senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) relativamente a esta proposta chama a atenção de que o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança refere que deverão ser integrados na comissão quatro cidadãos de reconhecida idoneidade a designar pela Assembleia Municipal. Não tem nada contra os organismos propostos mas a lei e o regulamento referem que são quatro cidadãos em concreto e

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

não o deixar a outras entidades essa nomeação. Propõe que quer relativamente a este ponto quer ao ponto seguinte da ordem de trabalhos fosse encontrado um método como por exemplo a criação de uma comissão. Sabem que o P.S. vai apresentar essa proposta e vão subscrevê-la. O que é importante é que haja consenso. Esta proposta não deve ser votada porque não obedece à lei ou ao regimento.-----

-----O senhor presidente da Câmara disse que sem dúvida que a presente proposta é do senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal que ao indicar estas instituições pretendeu que as mesmas indiquem o respectivo representante. Uma vez que o senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal não pôde estar hoje presente não lhe parece que seja outro o modo que não o de devolver às instituições. Sugeria que esta questão fosse diferida em termos de apreciação. -----

-----O senhor Virgílio Silva (P.S.) disse pensar que ao nomear estas instituições está-se a ir contra o espírito da lei. O que propunham é que cada força política aqui representada na próxima sessão indique um membro da comunidade e que este seja aceite pelo plenário.-----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) disse pensar que não se deveria sujeitar nomes de pessoas a votação. Tem que se tratar estas questões com delicadeza porque não sabe se é justo submeter nomes de pessoas a uma votação que pode não correr da melhor maneira e então se calhar todos ficarão incomodados. Pensa que seria mais correcto constituir uma comissão com um elemento de cada partido.-----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) disse que existe uma proposta que não está em conformidade com a lei. O que está em discussão é uma proposta que o P.S. vai fazer para a nomeação ser feita pelos quatro partidos. Existe também outra hipótese que é a constituição de uma comissão.-----

-----O senhor José Alexandre Fonseca (P.S.D.) no exercício da presidência, propôs que estes dois pontos sejam votados e daqui saia uma comissão para nomear os elementos para o Conselho Municipal e Segurança e a Comissão Municipal de Protecção de Menores.-----

-----O senhor vereador João Carlos Duarte perguntou se a proposta é ilegal ou não. --

-----O senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira leu o teor da alínea n) do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança acrescentando que a lei não chega à forma como é feita essa nomeação.-----

-----O senhor Virgílio Silva (P.S.) disse que aquilo que propõe é que cada força política ausculte uma pessoa e apresente esse nome para ratificação pelo plenário. -----

-----Pelas 01.15 horas foi a sessão interrompida por 5 minutos. -----

-----Pelas 01.20 horas foram os trabalhos reatados. -----

-----O senhor José Alexandre Fonseca (P.S.D.) no exercício da presidência, chamou a atenção de que tendo decorrido quase meia hora para além da hora regimentalmente prevista para o encerramento da sessão pelo que propunha que se acabasse esta sessão e os três pontos ainda não votados fossem objecto da convocatória de uma próxima sessão. -----

-----A D. Teresa Faustino (C.D.U.) chamou a atenção de que há questões que têm prazos nomeadamente a da Comissão de Protecção de Menores. Isto é um assunto de alguma urgência. Se se retirar e voltar a pôr numa próxima ordem de trabalhos o problema voltará a surgir e voltar-se-á a protelar a decisão. Sugeria que se decida a

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

forma de ultrapassar as nomeações destes dois pontos. Propunha que ainda hoje se decida a formação de uma comissão com carácter excepcional com um representante de cada partido, tendo em conta a delicadeza dos assuntos expostos que têm que ser tratados de forma muito séria. -----

-----O senhor Jorge Franca (P.S.D.) propôs que no prazo de 8 / 15 dias cada partido comunique os seus representante na comissão de acordo com as regras de proporcionalidade estabelecidas no regimento.-----

-----O senhor António Cardoso (P.S.) reforçou as palavras da D. Teresa Faustino sobre a comissão de protecção de menores. Existem situações prementes e a comissão não pode funcionar porque falta a indicação dos representantes da Assembleia Municipal.-----

-----O senhor Gabriel Martins (C.D.S./P.P.) disse pensar que se está a chegar a uma situação de consenso. Propunha que dentro da Assembleia Municipal seja criada uma comissão para as nomeações destes dois pontos da ordem de trabalhos.-----

-----Foi deliberado por unanimidade constituir uma para nomear os representantes comissão Conselho Municipal e Segurança e a Comissão Municipal de Protecção de Menores composta por 4 elementos do P.S.D., 2 do P.S., 1 do C.D.S./P.P. e 1 da C.D.U..

-----O P.S. indicou como seus representantes os senhores António Cardoso e Vítor Fonseca.-----

-----O C.D.S./P.P. indicou como sua representante a senhora D. Teresinha Heliodoro.-----

-----A C.D.U. indicou como sua representante a senhora D. Teresa Faustino. -----

-----**NOMEAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS DESIGNADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTERVIREM NA ÁREA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO:** Foi adiada a apreciação deste assunto até à apresentação de proposta pela comissão constituída no ponto anterior.-----

-----**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS A RECLAMES LUMINOSOS:** Foi presente a seguinte proposta: «Considerando:-----

a) Os anúncios luminosos beneficiam a iluminação viária e a segurança de bens e pessoas;

b) A exiguidade de receitas provenientes desta verba;-----

c) A dificuldade conjuntural das pequenas empresas comerciais.-----

A Câmara Municipal de Bombarral em sua reunião de 02.11.2000 deliberou propor à Assembleia Municipal que se isente de taxa os reclamo s luminosos que concomitantemente preenchem as seguintes condições:-----

a) Que não sejam superiores a 10 m<sup>2</sup>;-----

b) Que não tenham um volume de facturação no ano anterior superior a 100.000 contos;-----

A isenção depende de requerimento apresentado pelo interessado com os respectivos comprovantes.-----

-----Esta proposta entrará em vigor a 01.01.2001.»-----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra transcrita.

## REUNIÃO DO DIA 2000.12.29

-----Nada mais havendo a tratar pelas 01.40 horas foi a sessão encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada pelos membros da mesa nela intervenientes.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia:

O Primeiro Secretário:

O Segundo Secretário: